



## **A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA PARA O ESCLARECIMENTO DAS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO SOLIDÁRIO COLMÉIA**

Guiomar Freitas Soares

Este texto trata da questão da mulher e da propalada inferioridade, com a qual foi estigmatizada, vítima dos desmandos de uma sociedade patriarcal que inviabilizou, durante séculos, seu acesso a condições de vida mais digna, assim como de sua recente luta pela reversão desse quadro em favor da construção de novas possibilidades para si, e para àqueles, com os quais está envolvida por vínculos afetivos e sanguíneos.

A sociedade em geral rotula a mulher, visualizada, sempre, pela ótica da inferioridade, relegada, nas mais diversas e ancestrais culturas, à posição de submissão. Categoria que ao longo dos séculos vêm sofrendo a opressão e a dominação dos grupos do poder masculinizante, e que têm se transformado, ultimamente, no fio condutor de lutas reivindicatórias de vários movimentos sociais que eclodem em nosso país e no mundo todo.

As mulheres que constituem nossa população alvo, não fogem a esse enquadramento. São pessoas de nível socioeconômico e intelectual muito precário, vivendo abaixo da linha de pobreza, trabalhando como “catadoras” no “lixão” da cidade (atividade, hoje, proibida por determinação das autoridades municipais), dependendo da solidariedade alheia para a própria sobrevivência. Mulheres, muitas delas, analfabetas, desconhecedoras de seus mais elementares direitos, oprimidas dentro do contexto familiar, muitas convivendo com situações de violência, às quais precisam de um suporte para entender e participar ativamente do resgate da sua própria cidadania.

Efetivamente, nos dias atuais, embora os empecilhos encontrados nas diversas fatias da sociedade que cultivam a imagem feminina atrelada a uma figura dócil, servil, doméstica e desamparada, inepta a emitir opiniões e idéias, mas glorificada para o lar e a maternidade, a ação da mulher no contexto social contemporâneo é fruto da sua ação arrojada e perseverante, transformadora das estruturas arcaicas e das relações interpessoais, tensionadoras de valores e preconceitos seculares. Nesse sentido, nosso trabalho traz em seu bojo uma proposta voltada para o redimensionamento do lugar e da ação da mulher nas esferas pública e privada, aspirando à construção de uma nova sociedade, onde as relações entre homens e mulheres sejam cimentadas na solidariedade, na liberdade e no respeito mútuo, isentas de qualquer opressão.

As mulheres querem e precisam ser reconhecidas como seres da espécie humana, portadoras de direitos individuais e sociais. Direitos que não devem ser “acrescentados” aos direitos dos



homens, mas reconhecidos e integrados para a melhoria da sociedade. No entanto, confinada no espaço doméstico, destinada por natureza a reprodução biológica e por tradição cultural à reprodução social da força de trabalho, a mulher vem repetindo durante séculos o papel que a seu gênero foi atribuído. Tal confinamento se reforçou sob o ponto de vista normativo até a poucos anos. Considerada incapaz juridicamente e de se encarregar de seus próprios bens, alijada do direito de eleger e de eleger-se até a reforma do Código Civil, como poderia a mulher pretender alçar vôos ambiciosos na direção do poder econômico e político para competir em igualdade de condições com aqueles que sempre foram seus detentores?

No dizer de Saffioti, “Violência e ideologia são fenômenos complementares no processo de dominação-exploração. A eficácia da ideologia mede-se por sua capacidade de legitimar a ordem social imposta pela classe hegemônica”(1989, p.25).

Efetivamente, o subordinado aceita como natural a disciplina imposta pelos detentores do poder. No entanto, quando os limites são extrapolados, a eficácia da ideologia se reduz, cedendo espaço para o uso da violência como recurso de preservação da ordem estabelecida. Claro que ambas a violência e a ideologia, atingem profundamente os dominados. No caso específico da supremacia masculina, nem sempre a ideologia é suficiente. Com frequência recorre o homem à força física para assegurar seu domínio. A violência física aparece, pois, como fator coadjuutor no processo de simbolização do poder masculino. E incontável é o número de mulheres que sentem na própria pele, quer na condição de filhas, de esposas, de amantes e até mesmo nas relações de trabalho, agressões impostas pelo sexo oposto. E a mulher socializada para a docilidade e o silêncio, acaba por reunir condições de suportar a violência, que, das mais variadas formas, lhe é imposta pelo homem. Situação legitimada pela sociedade, na medida em que garante ao sexo masculino a impunidade de sua agressividade.

Denúncia, portanto, foi e continua sendo vocábulo sem significação principalmente entre as mulheres menos esclarecidas e em se tratando de violência sexual, campo em que a questão da culpa se insere com maior força, pois quase toda sociedade conspira para insular este tipo de violência no interior do restrito grupo que com ela, forçosamente, toma contato.

Por isso Saffioti diz que: “Os tão ideologizados traços de personalidade da mulher -- a passividade e a submissão – desempenham relevante papel no exercício da violência masculina contra ela” (1989, p.38).

Com efeito, situada na condição de oprimida, por falta de opções, a mulher permitiu que a sociedade lhe atribuísse uma série de culpas, e ela própria gera em si esse sentimento, o que



inviabiliza sua ascensão e permite que seu destino seja atrelado ao do homem ao qual se liga, bem ao contrário desse, preparado para a certeza de vislumbrar um caminho a seguir. Dessa maneira a mulher acaba sempre por refletir a cultura que partilha.

Não será fácil nem rápida a eliminação da hegemonia patriarcal consolidada em nossa sociedade, pois a própria mulher, em sendo inferiorizada, passa a crer nela, possibilitando sua perpetuação social ao transmiti-la aos filhos. Ela se torna agente veiculador de uma ideologia que lhe é nefasta, em função de uma organização econômica da qual não pode prescindir, porque a sustenta.

Urgente, pois é a construção de um novo tipo de mulher, conscientizada de que pode e deve mudar as estruturas imperantes que a marginalizam, sem esperar que o façam os homens. Para isso, indispensável se torna que saiam da esfera doméstica e que se organizem, participando, nos seus grupos e comunidades, da luta pelos direitos de cidadania, pela sobrevivência, pela justiça e pela paz, exercendo sua criatividade, na construção e amadurecimento da própria identidade.

Hoje felizmente são crescentes os movimentos que pretendem uma renovação no processo de conscientização da mulher, para que ela própria comece a se aperceber da necessidade de elevação das suas condições sociais, econômicas e políticas e que encontre os caminhos que conduzam a lutas políticas e ações que garantam igualdade de acesso à educação, à informação, a salários dignos e a condições de trabalho seguro, e que propicie o respeito à sua condição de ser humano.

Embora esses avanços percebidos na sociedade, a mulher ainda continua sendo vítima da violência quer física, quer moral, quer de ordem sexual, praticada, em geral, por seus companheiros. E muitas ainda carecem do conhecimento de seus próprios direitos e até mesmo dos seus valores. Nesse sentido, por iniciativa de um grupo de pessoas mais esclarecidas, com o objetivo de propiciar uma melhor formação a essas mulheres e incentivá-las na conquista da sua própria auto-estima e consequente cidadania, foi criada a Associação Movimento Solidário COLMÉIA.

A Associação Movimento Solidário COLMÉIA, entidade civil, de Direito Privado, de caráter social e sem fins lucrativos, sediada em Rio Grande – RS tem por objetivo trabalhar com famílias do bairro Castelo Branco e arredores. Suas propostas fundamentam-se, não só no Estatuto Social, mas também nas expectativas e intenções do pessoal envolvido, voluntárias, ex-professoras do DECC e do I.E. da Universidade Federal do Rio Grande. Tal iniciativa começou em 1993, quando essas voluntárias participavam de campanhas promovidas pela direção da Escola de Ensino Fundamental “João de Oliveira Martins”, situada no bairro Castelo Branco. Numa continuidade



daquelas ações, no final de 2001 começaram as distribuições de cestas básicas para vinte e cinco famílias, consideradas mais necessitadas, pela direção da escola. A partir daí, surgiu, então, a Associação Movimento Solidário COLMÉIA, com o propósito de organizar um trabalho, não só de caráter assistencialista, mas com intenção formativa, para melhor atender essas famílias, residentes naqueles bairros tão carentes. O grupo se consolidou, seus objetivos se tornaram mais definidos, favorecendo a construção da própria filosofia do trabalho. A partir daí as atividades passaram a ser desenvolvidas por voluntárias, que na sua grande maioria são professoras aposentadas, inclusive da Universidade Federal do Rio Grande.

A constatação da extrema situação de pobreza das famílias indicadas pela escola do bairro exigiu do grupo, buscar atender suas necessidades mais prementes, não só as de ordem material, como sua formação como seres integrantes de uma sociedade. A maioria sobrevivia catando no “lixão”, localizado nas proximidades de suas casas, desde alimentos até peças de vestuário, móveis e eletrodomésticos. As suas necessidades exigiram ações, que aos poucos, foram dando perfil à Associação. Foi condicionada então, a entrega das sacolas básicas à frequência nas oficinas, que a partir daí começaram a ser organizadas. Todas as atividades que foram desencadeadas tiveram como objetivo principal o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade vida das participantes dos projetos, proporcionando-lhes a ajuda considerada adequada para assumirem o papel de sujeitos de sua história. No começo desse trabalho alguns homens participaram das reuniões, posteriormente, somente as mulheres permaneceram como componentes dos grupos de trabalho. Com elas e para elas as voluntárias do COLMÉIA buscam desenvolver atividades produtivas e rendosas, como meio de lhes possibilitar uma certa autonomia econômica.

Diante do exposto, na condição de voluntária do COLMÉIA, e, de professora da Universidade Federal do Rio Grande julgamos fundamental criarmos um espaço de trabalho, através do qual elas possam, via exposições, discussões e reflexões, se apropriar de uma gama de conhecimentos quer da área da saúde, quer das questões de sexualidade, quer dos direitos sociais e valores, que possam se transformar em força propulsora no sentido da reversão do quadro hoje existente de baixa auto-estima, e de condições subumanas de vida. Buscamos, pois, alertar e indicar alguns caminhos possíveis, para uma vida mais equilibrada, mais justa, num planeta mais humano, o que, sem dúvida, implica numa transformação que ultrapasse a demanda da igualdade, onde homens e mulheres sejam co-participes na idealização de uma sociedade edificada no respeito e na dignidade.



Com a Universidade Federal do Rio Grande, através do Grupo de Pesquisa “Sexualidade e Escola” começamos a implementar projetos como “Mulher e Cidadania” e “Ação Solidária” que envolvem as famílias vinculadas à Associação Movimento Solidário COLMÉIA. Estas duas ações têm como propósito o resgate da auto-estima das mulheres para que elas se apercebam como cidadãs, capazes de batalharem por um futuro melhor e principalmente mais digno, livres, principalmente, da violência. As atividades desenvolvidas, através desses projetos, objetivam também trabalhar com os filhos das mulheres da Associação, tanto as crianças como os adolescentes.

A equipe executora da proposta é composta de professores e alunos componentes do grupo de pesquisa “Sexualidade e Escola” que funciona no Centro de Educação Ambiental Ciências e Matemática (CEAMECIM) da Universidade Federal do Rio Grande. Estes projetos propõem desenvolver com as mulheres e seus filhos várias oficinas que abordam temas sobre sexualidade, direitos e deveres, assim como questões relacionadas com música, reforço escolar, roda de conversa e leitura e prevenção ao uso de drogas. As questões relacionadas com direitos e deveres priorizam, a temática violência, considerando as ocorrências preocupantes já ocorridas com as mulheres componentes do COLMÉIA.

Ao estudarmos a questão da violência e seus envolvimento vamos perceber que ela é uma consequência da subordinação das mulheres, fator determinante para que elas percam sua condição de sujeito. Fato este perfeitamente percebido entre as componentes do COLMÉIA. Nesse sentido, é fundamental a tarefa a que nos propomos de buscar meios para a recuperação da sua autonomia ou, como dizem muitos autores —do seu “empoderamento”— para que elas mesmas sejam capazes de sair da situação em que se encontram.

#### Segundo Portella:

“ A violência, é um componentes das relações desiguais de gênero”. e, por isso, “atravessa” as demais relações sociais, sobrepondo-se a elas, e manifestando-se de forma relativamente homogênea em todas as classes e segmentos sociais (2005,p.93).

Embora as estatísticas mostrem que realmente a violência ocorre em todos os contextos, recentes pesquisas contestam este posicionamento de que mulheres de todas as raças, grupos sócio-econômicos e perfis culturais estariam à mercê da violência masculina, na mesma medida. Realmente o que a nossa experiência, no campo de trabalho com essas as mulheres, nos tem possibilitado constatar é que as formas de violência variam de acordo com o contexto social onde elas estão inseridas.

Com relação ao fato, Portella assim se expressa:



23 a 26 de agosto de 2010

Hoje sabemos que há determinantes diferenciados, fatores de risco e fatores de proteção e contextos mais e menos vulneráveis à violência, porque as relações de gênero que fundam a violência não existem no vazio, mas sim em contextos históricos e sócio-culturais específicos que conferem características diferenciadas à violência. (2005,p.94)

Realmente, o que temos constatado é que das 40 famílias que compõem a população alvo da Associação Movimento Solidário COLMÉIA, todas residem no bairro Castelo Branco e arredores, região extremamente pobre, onde as condições de escolaridade e de atividade produtiva entre os adultos é bastante deficitária. A maioria dos companheiros dessas mulheres não exercem uma atividade definida e razoavelmente remunerada, razão porque as mulheres e seus filhos buscavam, como catadores, recursos desde alimentos até roupa no “lixão”, localizado próximo a esses bairros. Outra questão bastante preocupante é o fato de muitos homens estarem envolvidos em atos ilegais, alguns presos, um já foi morto pela polícia durante um assalto e o envolvimento com o tráfico de drogas. Do que se pode deprender que, o local e os relacionamentos das mulheres do COLMÉIA é um contexto bastante propício à prática da violência.

A partir das declarações das próprias mulheres fomos informadas da incidência de violência física e moral determinada por seus companheiros. E, em razão desses fatos resolvemos inserir nos nossos projetos, temáticas fundamentais à superação dessa problemática, mostrando-lhes seus direitos e incentivando-as, no sentido de se perceberem como seres humanos dignos de reconhecimento pela sociedade e por si próprias.

Há dois anos, estamos trabalhando, com elas, a Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o objetivo de cientificá-las de seus direitos e das alternativas que a justiça lhes pode propiciar em decorrência de atos agressivos que as prejudica física ou moralmente. E, felizmente, temos constatado uma significativa melhora nos seus comportamentos. Por exemplos, antes, se fossem agredidas física, moral e até sexualmente não esboçavam nenhuma reação solicitando ajuda às autoridades, pois argumentavam que de nada adiantaria suas reclamações.

Atualmente, porém, já nos foram relatados casos bastante complicados como de uma das mulheres, cujo marido estava preso e que mandava recados, por intermédio dos seus visitantes, dizendo que iria matá-la, quando fosse liberado. Na realidade ele tentou cumprir o prometido, mas ela se preveniu de maneira adequada, a partir do que havíamos trabalhado sobre a lei, nas oficinas, e, felizmente, ele não conseguiu seu intento, tendo sido por ela denunciado, e, em razão disso, novamente, preso. Temos outra mulher que sofria muita agressão moral do marido. Ele a proibia de tudo, só permitindo sua freqüência às oficinas, porque em troca teriam a cesta-básica. Hoje ela se sente mais segura e consegue argumentar em favor dos seus interesses e dos filhos, segundo seus



depoimentos nas nossas reuniões. Ele, embora muito agressivo, está tratando-a com um pouco mais de respeito, segundo ela, por medo de ser denunciado. Temos outro caso em que a mulher se preocupava muito com os seis filhos, três adolescentes e três crianças entre 4 e 6 anos. Segundo seu depoimento, o marido chegava em casa e comia o que encontrava, sem a mínima preocupação com a alimentação dos filhos. Ela jamais contestava esse fato, embora se sentisse mal, por medo da reação agressiva dele. Hoje, segundo ela nos relata, consegue argumentar com ele o direito dela e dos filhos e muitas vezes até já o ameaçou, dizendo que vai recolher-se, com os filhos, na Casa de Passagem, existente aqui no município, para atender ocorrências dessa ordem. De acordo com seu depoimento, ele fica furioso, mas a respeita muito mais do que antes. Inclusive ela está providenciando mudar-se para outra residência, com os filhos, embora suas dificuldades financeiras. Estamos, por isso, buscando encorajá-la e também prestar-lhe o auxílio devido, para que possa realizar seu intento.

Como os casos acima citados, muitas outras situações estão se alterando na residência dessas mulheres. Por exemplo, uma delas, embora tenha filhos adolescentes e crianças estudando nas escolas da comunidade, optou por concluir o Ensino Fundamental que havia cursado até a 5ª série. Como se pode imaginar a reação do marido foi das piores, mas ela encorajada pelo grupo e pelos conhecimentos obtidos nas oficinas realizadas, decidiu ir em frente e matriculou-se numa escola que tem horário vespertino e está se saindo muito bem e principalmente sentindo-se realizada. Há muitas outras ocorrências dignas de aqui serem registradas, mas o mais importante é sabermos e podermos divulgar quanto o conhecimento nos torna mais esclarecidos, confiantes e capazes de lutarmos com dignidade em busca dos nossos direitos e nos sentirmos cidadãos respeitáveis dentro do contexto social em que vivemos e, principalmente, propiciarmos exemplos saudáveis às pessoas que partilham a vida conosco.

A Lei Maria da Penha, como sabemos, é consequência de dores e sofrimentos vividos por uma mulher, que apesar do que vivenciou teve a coragem e a persistência de transformar sua tragédia em lutas e solidariedade em favor de todas que ainda são vítimas dessas mazelas, o que sem dúvida é um exemplo edificante para todas as mulheres.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

**BRASIL Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006- Lei Maria da Penha.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.



23 a 26 de agosto de 2010

PORTELLA, Ana Paula. Novas faces da violência contra as mulheres. In CASTILLO-MARTÍN e OLIVEIRA Suely de.(orgs.) **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Relações de Gênero: violência masculina contra a mulher. In RIBEIRO, Helcion (org.) **Mulher e dignidade**: dos mitos à libertação. São Paulo: Paulinas, 1980.